

Em dia com a saúde

Assim como Melissa Farias, magistrados e servidores fazem checkup médico no TRT em 2014 e 2015. Página 4.



Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Vice-Presidente:

Desembargadora Ana Carolina Zaina

Corregedora Regional:

Desembargadora Fátima T. L. Ledra Machado

Diretor-Geral:

Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral da Presidência:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretário-Geral Judiciário:

Gerson Luiz Magnabosco

Secretária do Tribunal Pleno

Órgão Especial e Sessão Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Imprensa e

jornalista responsável:

Marcos Tosi

Redação:

Angélica Betencourt, Alexandre Gonçalves,

Gilberto Bonk, Marcio Lopes, Marcos Tosi

e Nelson Copruchinski

Fotos desta edição:

Alexandre Gonçalves, Angelica Betencourt,

e Gilberto Bonk

Revisão:

Alexandre Gonçalves,

Gilberto Bonk e Marcos Tosi

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

700 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Radial

Missão do TRT

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.



Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação Social

Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar

CEP 80.420-010 - Curitiba-PR

Fone: (41) 3310-7309

ascom@trt9.jus.br

■ Semana Regional da Conciliação

Arte e música combinam com conciliação



Em Curitiba, programação cultural no Fórum Trabalhista foi aberta pelo presidente Altino Pedrozo dos Santos

Elementos universais da promoção da paz social, arte e música foram aliadas neste ano da Semana Regional da Conciliação do TRT do Paraná. Com base no conceito de que “Conciliar é uma Arte”, diversas unidades pautaram, além das audiências, uma programação envolvendo artes plásticas, fotografia, música, literatura, teatro e poesia.

Em Curitiba, recitais de harpa e piano, apresentações musicais, exposições de quadros e fotografias, declamações de poesia, canto coral, teatro e um lançamento literário dividiram o espaço do Fórum Trabalhista com advogados e partes, criando um clima amistoso para a conciliação.

Outras unidades também se engajaram no evento. São José dos Pinhais contou com canto coral e música popular brasileira acompanhada por gaita e violão. O

artesanato e as artes plásticas deram o tom conciliador em Araucária. No Projeto Horizontes, uma exposição mostrou trabalhos de patchwork, uma técnica em que retalhos de tecido são costurados para compor misturas de cores e formatos. Em Maringá, fotografias de autoria dos servidores transformaram o ambiente do fórum local, enquanto que em Porecatu as ações solidárias se destacaram, com exames de saúde, cortes de cabelo, ginástica e alongamento, entre outras.

Na cerimônia de encerramento da Semana da Conciliação, a desembargadora Ana Carolina Zaina destacou: “Conciliar, senhoras e senhores, também é uma arte que se cria, se aprende e se pratica”. Os esforços da programação resultaram em mais de R\$ 16 milhões destinados a trabalhadores, como resultado dos acordos firmados.



Saguão virou palco de apresentações de MPB, jazz, bossa nova, canto coral e música clássica



Fotos: Alexandre Gonçalves

Pinturas de óleo sobre tela da servidora Elisabete Zelenski coloriram o ambiente do Fórum da Justiça do Trabalho da capital

Saúde no trabalho: avaliação médica para todos no TRT do Paraná

A saúde de magistrados, servidores e terceirizados é motivo de atenção especial no TRT do Paraná no biênio 2014/2015. Estão sendo disponibilizadas avaliações médicas para 207 magistrados e cerca de 2.400 servidores, dentro do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO). Já os prestadores de serviço puderam, em 2014, fazer gratuitamente uma série de exames laboratoriais e consultas por meio das campanhas "Outubro Rosa" e "Novembro Azul".

Além de ajudar na correção de hábitos que influenciam a saúde, os exames e consultas oferecidos aos terceirizados podem ter sido decisivos para salvar vidas, já que houve vários casos de detecção precoce de sinais de doenças como o câncer de mama e de próstata. São ações que se alinham ao planejamento estratégico do TRT do Paraná na busca da melhoria contínua do clima organizacional, da qualidade de vida das pessoas e humanização das relações de trabalho – destacou a presidente da Comissão de Saúde do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista.



Roseli Moraes, Anice Rosa e Abileni Viana da Silva

Para a força de terceirizados, o TRT-PR, em parceria com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e com o sindicato da categoria, promoveu centenas de exames como papanicolau, mamografia, hemograma, glicemia e lipidograma. Os resultados que apresentaram alterações foram encaminhados para novos exames de investigação, fundamentais para obtenção de um diagnóstico preciso e, se necessário, para início de tratamento.

Em relação ao quadro próprio, em uma primeira etapa foram feitas coleta de sangue e exames laboratoriais. Na segunda etapa, iniciada em outubro e com os resultados dos exames preliminares prontos,

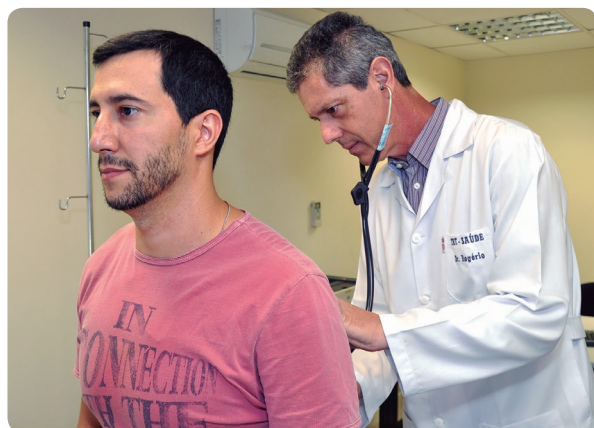


Desembargadora Rosalie Batista coordenou a campanha Outubro Rosa de prevenção ao câncer de mama

magistrados e servidores estão sendo avaliados por médicos do Tribunal e profissionais contratados, em consultas agendadas previamente.

O objetivo da ação é determinar as condições de saúde atuais de toda a força de trabalho do Tribunal e possibilitar a adoção de medidas corretivas pela detecção antecipada das alterações encontradas. Esses procedimentos preventivos serão repetidos a cada dois anos para todos e, anualmente, a critério do médico do trabalho.

As análises laboratoriais abrangem hemograma e lipidograma completo, glicemia, creatinina e transaminase glutâmico pirúvica – exames que podem identificar, por exemplo, manifestações iniciais de doenças do fígado, diabetes e alterações das funções renais e do colesterol. Em um segundo momento, os médicos realizam exames clínicos de rotina e conversam com os pacientes para identificar potenciais riscos e orientar quanto a procedimentos recomendáveis para uma vida mais saudável.



Servidores passaram por consultas como parte da segunda etapa da avaliação médica realizada no Tribunal

Aramis de Souza Silveira é empossado no cargo de desembargador do TRT-PR

Aramis de Souza Silveira ingressou no quadro de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O novo integrante do colegiado passou a ocupar vaga destinada a membro da Ordem dos Advogados do Brasil pelo Quinto Constitucional.

Autoridades, advogados, servidores e familiares prestigiaram a posse do magistrado, que assumiu vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Tobias de Macedo Filho.

Em seu discurso, o desembargador destacou seus 30 anos de atividade na advocacia: “devo a ela toda a minha formação intelectual e jurídica, sem a qual não teria condições de assumir esse cargo”.

A solenidade, conduzida pelo desembargador presidente Altino Pedrozo dos Santos, foi realizada no dia 2 de dezembro. Haverá ainda a posse solene no colegiado de desembargadores, em fevereiro.



Alexandre Gonçalves

Desembargador Aramis, logo após assinar termo de posse

Projeto mobiliza comunidade contra o trabalho infantil em Campo Mourão



Crianças do Noroeste são o foco da ação de cidadania

Há cerca de um ano os servidores da Vara do Trabalho de Campo Mourão contribuem ativamente com o desenvolvimento de crianças e adolescentes da região, conscientizando professores, pais e alunos sobre o que é trabalho infantil e a importância de combatê-lo, além de dar orientações para o desenvolvimento profissional.

Por meio de concurso de redação e distribuição de gibis da Turma da Mônica (“Trabalho infantil nem de brincadeira”), entre outras ações, o Projeto Novos Rumos encontrou no Ministério Público do Trabalho de Campo

Mourão o parceiro ideal. Acordos feitos com o Núcleo Regional de Ensino e com a Secretaria Municipal de Educação garantiram a implantação das ações nas redes municipal e estadual de ensino de Campo Mourão.

Segundo o juiz titular da Vara do Trabalho local, Jorge Luiz Soares de Paula, “o projeto busca reafirmar o valor da criança e do adolescente como objeto de proteção prioritária, estimulando-os ao compromisso com uma vida melhor e mais realizada, para si mesmos e para os que vivem ao seu redor, através dos estudos”.

“Queríamos há algum tempo implantar um projeto nacional da instituição, chamado ‘MPT na Escola’, e quando fomos procurados pelo Projeto Novos Rumos vimos a oportunidade disso acontecer”, disse o procurador do MPT em Campo Mourão, Fábio Fernando Passari.

A servidora Ana Carolina da Cunha Mendes Palma, multiplicadora de responsabilidade socioeconômica e ambiental na Vara de Campo Mourão, aponta os próximos passos do projeto: “queremos expandir nossa ação para outras escolas e municípios da jurisdição, bem como apoiar ações de incentivo à leitura”. As atividades do projeto são realizadas fora da jornada de trabalho na secretaria da Vara e, em caso de conflito, há previsão de compensação de horário.

Perfil: Desembargadora Márcia Domingues

Justiça à prova de ameaças e intimidações



Alexandre Gonçalves

A desembargadora Márcia Domingues não seguiu a carreira do pai, militar do Exército, mas em nome da Justiça já teve que enfrentar confusões com tiros, brigas e ameaças. Quando foi preciso, para se proteger, entrou debaixo da mesa; quando foi preciso, para esclarecer, subiu na mesa e discursou. Ainda menina, tomou como elogio ser chamada de “advogada de porta de cadeia” e decidiu-se pelo Direito.

A presidente regimental da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, que ingressou na magistratura em 1999, em vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho pelo quinto constitucional, conversou com a reportagem do Informativo Nona. “Morei no Norte, no Nordeste, no Sudeste e no Sul do Brasil. Isso dá uma vivência grande, o País não fica uma coisa regionalizada ou pequenina”. Confira.

// *Tinha uma professora no primário que me chamava de advogada de porta de cadeia, porque eu era representante de turma e qualquer coisa que acontecia, antes de alguém levantar e se defender, eu já estava de mão na cintura dizendo o que era. A professora me chamava de advogada de porta de cadeia e eu achava lindo. Meu pai era militar, meus tios não tinham nada com o Direito, não havia tradição da família nesta área, mas ficou aquilo na cabeça e eu fui para o Direito.*

"A Justiça ainda é a instituição que tem mais credibilidade"

Na época do Ministério Público, nós fazíamos apuração de eleição sindical. Certa feita, lá em Pernambuco, fui com um colega apurar a eleição em um sindicato rural. Estava uma coisa louca, gente com foice, já tinha ocorrido briga e tudo mais. O sindicato ficava em uma daquelas casinhas de interior, uma grudada na outra, e o fundo dava para uma ribanceira. Havia vários erros, tivemos que anular a eleição, mas eu expliquei os motivos para todo mundo. Subi numa mesa para ficar mais alta e ser vista por todos. Quem estava lá, aceitou.

De repente, um sujeito lá no fundo, de chapelão, veio em nossa direção com uma gentarada fazendo baderna e gritando. Os advogados estavam atrás de nós, todos espremidos no fim da sala. Eu vi que era assecla de um dos advogados, me virei para ele e disse: ‘olha, é gente sua que fez isso, diga pra ele que me mate, porque se sair vivo com um pedaço de orelha meu, você vai se arrepender de ter nascido.’

Eu estava morta de medo e o colega ao meu lado não fazia nada. Só sei que o advogado deu um jeito, parecíamos uns ladrões sob escolta, entramos no carro do sindicato que saiu à toda. A eleição foi mesmo anulada, tinha que ser. Desta experiência, nunca me esqueci. Dias depois fui com outro colega para eleição de professores, saiu tiro, tivemos que nos esconder debaixo da mesa e fomos salvos pela polícia.

Na semana seguinte eu e esse mesmo colega fomos ao cais do porto, onde a campanha também estava quente. Aí eu pensei: ‘poxa, se a eleição dos professores foi daquele jeito...’ Mas menino, só vendo. Quando a gente declarou a chapa vencedora, a chapa vencida foi lá, fez os cumprimentos e foi embora. Só vendo a educação daquele pessoal, completamente diferente da situação com os professores. Ave Maria!



Alexandre Gonçalves

"É preciso ensinar na escola a obediência às leis. A Justiça ainda é a instituição que tem mais credibilidade"

A sociedade brasileira recorre muito aos tribunais por causa do nosso jeitinho, temos que levar vantagem em tudo, tem gente que diz "a lei sou eu". E não é o empregado que é o bonzinho nessa história. Os dois não sabem respeitar os limites. No fim, só a Justiça para botar ordem, porque não nos acostumamos a obedecer às leis, isso não é ensinado na escola. Diferentemente da Europa, aqui não aprendemos a respeitar os limites.

A Justiça ainda é a instituição que tem mais credibilidade. O que precisava mudar não está na Justiça do Trabalho, mas na fiscalização, no Ministério do Trabalho. É preciso forçar o empregador a obedecer a legislação, porque tem tantos problemas idiotas, elementares, que chegam para a gente julgar. É como o banco que não paga hora extra porque é muito melhor pagar na Justiça, de vez em quando, do que gastar pagando para todo mundo.

Com essas mudanças de agora, nos recursos para o TST, com essa uniformização de jurisprudência, eles engessaram o raciocínio dos juízes. Agora você tem que julgar conforme o tribunal acha e acabou-se. O tribunal tem que se curvar ao TST e acabou-se. Vamos ver, no fim pode até ser interessante.

Na magistratura, não me inspirei em ninguém em especial, mas admiro muito o professor Amauri Mascaro Nascimento. Ele foi meu professor no curso de especialização em Direito do Trabalho e sou sua fã. Era uma pessoa extraordinária. Às vezes, durante uma conversa, parecia que estava no sétimo céu, mas sabia exatamente o que estavam falando ao redor. Era um professor e um doutrinador extraordinário. //

Atividades físicas: ginástica, musculação e pilates, cinco vezes por semana

Irresistível: chocolate

Lugar especial: Recife

Música: Música Popular Brasileira e jazz

Perfil - Juíza Emília Simeão Albino Sako

"Meu compromisso é com a justiça social"



Arquivo pessoal

Gustavo, Eduardo, Paulo (com a neta Bárbara no colo), Fernanda e a juíza Emília Simeão Albino Sako

Um forte comprometimento com a justiça social é a maneira como a juíza Emília Simeão Albino Sako entende a magistratura trabalhista. “Eu sinto que é possível fazer justiça em relação aos mais necessitados, aqueles que precisam de maior proteção”. A titular da 2ª Vara do Trabalho de Cornélio Procópio sempre teve como meta atuar na Justiça trabalhista. “Eu poderia ter feito concurso para juiz federal, porque trabalhei em gabinete de desembargador no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, mas sempre foquei na magistratura do Trabalho, não abri mão do meu sonho”.

A juíza afirma que a magistratura trabalhista não tem o “status e o glamour” que muitos imaginam, e os interessados em ingressar na carreira precisam saber que vão se deparar com uma realidade dura, com pessoas pobres e carentes, “alguns pleiteando um FGTS de R\$800. Acham pouco? Sabem quantos litros de leite um pai de família vai poder comprar para seu filho com esse valor? O juiz tem que dar atenção especial a esses pequenos casos. Para mim, eles são tão relevantes quanto as grandes ações, às vezes até mais”.

Nesse contexto, o papel do juiz é tutelar os necessitados, “aqueles que estão precisando de proteção, tanto os empregados como os empregadores, e tentar a pacificação sempre que possível, por meio de acordos”. A juíza Emília não poupa esforços para conduzir as partes a uma composição amigável. “Mas não é ‘conciliar por conciliar’, tem que ser com responsabilidade e seriedade”, afirma, com a convicção de quem promove arrojados mutirões de conciliação, que incluem prêmios a advogados mais produtivos, participação de acadêmicos de Direito na função de mediadores e solenidades com a presença de autoridades locais. “O

juiz tem que ter um perfil progressista e buscar novas formas de tornar a Justiça mais ágil”.

A magistrada concorda que a informatização dos processos contribui para a rapidez da prestação jurisdicional, mas afirma que o sistema eletrônico atual traz muita dificuldade, especialmente para os magistrados e servidores com mais idade. “A minha situação é mais confortável, porque minha equipe é composta por servidores jovens, que têm muita afinidade com a informática. Por isso, de uma forma geral, não tenho do que reclamar do PJe. Mas reitero que é por causa do perfil de minha atual equipe”.

A tecnologia tem pouco espaço na vida pessoal da juíza. Ela dificilmente navega pela Internet e, quando o faz, é apenas em busca de algum conhecimento. “Graças a Deus não tenho celular, não tenho intimidade com o facebook e o twitter. Em contrapartida, consigo apreciar o canto dos pássaros, perceber pessoas caídas na sarjeta, pais de família desempregados, crianças maltratadas, o que meus filhos estão desejando e pensando em dado momento”.

A magistrada faz questão de salientar seu modo de conduzir a vida. “Prefiro levar uma vida de retidão e simplicidade, cultivar a honestidade em todos os sentidos; gosto de andar descalça, ir ao mercado e à feira, pegar filas nos bancos e ao votar nas eleições, fazer academia ao ar livre e, durante a caminhada, fazer novas amizades; estar com a família, pescar com o marido, torcer pelo time de nosso coração (o Corinthians); tentar ajudar quem precisa ser ajudado, ouvir mais do que falar, dar presentes mais do que receber”.

A juíza Emília Simeão Albino Sako é casada há 35 anos com Paulo Fumio Sako. Tem três filhos - Eduardo, Fernanda e Gustavo - e uma neta, a Bárbara.

Movimentação na carreira de magistrados

Dos seis novos juízes que o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná recebeu nos últimos seis meses, três são ex-servidores. Eles retornaram ao Paraná por meio de permutas.

Felipe Rothenberger Coelho, que já foi servidor e estagiário do Regional paranaense, veio do TRT do Rio de Janeiro, enquanto Juliane Penteado de Carvalho Bernardi e Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha vieram do TRT do Rio Grande do Sul.

Também ingressaram recentemente no TRT-PR os magistrados Abeilar dos Santos Soares Júnior, Patrick

Arruda Leon Serva e Augusta Pölking Wortmann. Eles chegaram ao Paraná após processo de remoção. Abeilar é proveniente do TRT da 8ª Região, que abrange os Estados do Pará e do Amapá. Patrick e Augusta vieram do TRT do Maranhão. No início de outubro, os juízes Sandro Augusto de Souza e Cyntia Okamoto Gushi assumiram as titularidades de Varas do Trabalho da 9ª Região. Pelo critério de antiguidade, Cyntia Okamoto Gushi agora é titular da Vara do Trabalho de Paranaíba, enquanto pelo critério de merecimento, Sandro Augusto de Souza assumiu a 3ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu.



Sandro Augusto de Souza e Cyntia Okamoto tomaram posse como juízes titulares em 10/10/2014



Juiz Felipe Rothenberger Coelho foi empossado em 15/04/2014. Ao seu lado, o desembargador Amor Lima Neto



Juízes Jorge Fernando Xavier de Lima (depois permutado para o Rio Grande do Sul) e Juliane Penteado de Carvalho Bernardi, empossados em 06/06/2014



Juiz Abeilar dos Santos Soares Júnior assina termo de posse em 09/06/2014



Juízes Augusta Pölking Wortmann e Patrick Arruda Leon Serva ingressaram no TRT-PR em 11/07/2014



Presidente Altino Pedrozo dos Santos empossou o juiz substituto Bernardo G. F. da Rocha em 19/08/2014

APAE vai ampliar escola agrícola com recursos de multa revertida pela Justiça



Escola Agrícola Henriette Morineau, da APAE-Curitiba

A Escola Agrícola Henriette Morineau, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba (APAE), no bairro Santa Felicidade, vai ganhar um novo prédio com 11 salas e toda a infraestrutura para as atividades letivas, além de um pátio que vai servir como salão para eventos, reuniões e lazer em dias de chuva. Os recursos para a obra, R\$ 500 mil, vieram de um acordo na Justiça do Trabalho após aplicação de multa pelo Ministério Público do Paraná à rede de supermercados WMS Supermercados do Brasil Ltda por descumprimento de normas trabalhistas.

A escola, em operação há quase 30 anos, atende atualmente 215 alunos, de 16 a 69 anos, matriculados em período integral. Além da atividade de alfabetização, diversas oficinas são oferecidas, tais como horta, pomar, estufa, jardinagem, artesanato, cartonagem, tear, panificação, informática e fanfarras.

“A verba veio em uma hora maravilhosa, pois já tínhamos o projeto mas não sabíamos onde conseguir os recursos”, disse a presidente da APAE-Curitiba, Estela Gulin, que foi pessoalmente à sede do TRT-PR agradecer à Justiça do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho a destinação dos recursos para a instituição beneficente.

O presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, destacou que o papel da Justiça do Trabalho deve ir além do julgamento de processos, incluindo também “um viés social de buscar ações para melhorar a vida das pessoas”. “Ações como essa devem ser disseminadas, espero que outros juízes tenham a mesma iniciativa em outras localidades”, afirmou.

O juiz Sandro Augusto de Souza, que mediu o acordo, recebeu o Selo Amigo APAE Curitiba. Ele foi a primeira pessoa distinguida com a homenagem criada pela Associação para agradecer aos chamados “investidores sociais”. “Fico lisonjeado, não por mim, mas como juiz do Trabalho que teve oportunidade de ajudar instituições beneficentes. Devemos, sim, agradecer ao Ministério Público do Trabalho, que foi o causador de tudo isso”, afirmou o magistrado.

Além da APAE-Curitiba, outras seis entidades beneficentes receberam recursos da multa aplicada à WMS Supermercados do Brasil Ltda. São elas a Liga Paranaense de Combate ao Câncer, Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro (Hospital Pequeno Príncipe); Associação Paranaense de Reabilitação; Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, Pequeno Cotoengo do Paraná Dom Orione e Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial.



Desembargador Rogério Coelho, do TJPR; procurador Gláucio Araújo de Oliveira; presidente Altino Pedrozo dos Santos; juiz Sandro Augusto de Souza; Sérgio Feldhaos, coordenador de Projetos Sociais da APAE-Curitiba e Waldinei Wzorek, supervisor da associação; em primeiro plano, Gortiana Villalba, aluna da APAE, e Estela Gulin, presidente da instituição

■ Criança na Justiça

Portas abertas para convidados mirins



Ana Navarro Lins com a filha Cecília Lins de Oliveira

Em outubro, mês de comemorações alusivas ao Dia das Crianças, o TRT-PR recebeu a visita de filhos de magistrados, servidores e advogados, que por um dia puderam acompanhar de perto audiências iniciais e sessões de julgamento realizadas na Justiça do Trabalho.

A proposta era apresentar aos pequenos o local de trabalho de seus pais, explicando de forma simples como funciona o Judiciário. O projeto “Criança na Justiça”, que teve neste ano sua primeira edição, é uma iniciativa da Comissão da Mulher Advogada da OAB/Paraná, com o apoio do TRT-PR.

De acordo com a advogada Daniela Ballão Ernlund, o Poder Judiciário é uma incógnita para as crianças e a ideia da visita era mostrar na prática como funciona o ambiente de trabalho dos pais advogados. “Foi uma experiência nova. Achei tudo bem diferente do que eu imaginava”, disse Giovana Ernlund, filha de Daniela, durante a visita.

Na Seção Especializada, o desembargador Célio Horst Waldraff participou da sessão de julgamento com a filha no colo. No plenário, advogados e servidores dividiram as cadeiras com os pequenos visitantes.

“Nunca um Tribunal teve a presença de tantos inocentes”, brincou o desembargador Cássio Colombo Filho, também segurando a filha enquanto trabalhava.



Crianças acompanharam desembargadores nas sessões

O advogado Nasser Ahmad Allan achou importante a iniciativa da OAB e considerou louvável o apoio do Tribunal. “Eu achei fantástico, pois nunca imaginei poder vir aqui acompanhado do meu filho e presenciar uma sessão de julgamento”, disse.

As crianças foram convidadas a conhecer as instalações do edifício-sede do TRT-PR, passando por todos os plenários e pelo Centro de Memória, além de terem acesso livre a áreas restritas aos magistrados.

No passeio pelo Centro de Memória, os visitantes demonstraram curiosidade ao ter contato com antigos telefones e máquinas de escrever. Nos plenários, puderam se divertir com os microfones, que permaneceram ligados e à disposição dos pequenos.

Em frente à sala da OAB-PR, uma grande mesa foi preparada com lanches e material para desenho, onde as crianças puderam fazer uma pausa e registrar a experiência vivida no Tribunal.

Artur, filho da servidora da Divisão de Cerimonial Lucieni Temporal Gomes, aprovou o passeio. “Foi a primeira vez que vim aqui e gostei muito”, contou.

Lucieni também achou a proposta interessante. “Além da oportunidade de conhecer meu local de trabalho, ele pôde aprender um pouco sobre os direitos da criança”, disse, referindo-se às palavras da desembargadora Eneida Cornel durante uma das sessões.



Meninada pôde ver como funciona a Justiça do Trabalho



Pais e filhos passaram o dia juntos, em clima descontraído

Maioria de nossas unidades já tem o Selo de Inteligência Socioambiental

Faltam certificar apenas 78 unidades para que o TRT-PR alcance o patamar de um tribunal com 100% de responsabilidade socioambiental. O Selo de Inteligência Socioambiental foi lançado em 2012 para estimular ações que promovam a melhoria contínua da gestão e a adoção de políticas sustentáveis no âmbito interno. Concedido anualmente, ele é um dos indicadores de sustentabilidade utilizado pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental (CRS) do Regional paranaense.

Em 2014, até novembro, 135 unidades do TRT-PR foram certificadas, um aumento de 25% em relação às certificações realizadas em 2013. Uma das últimas unidades a receber o selo foi a 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, cujos integrantes já substituíram os copos plásticos pelos de vidro e estimulam entre si atitudes como a coleta seletiva de resíduos, a utilização moderada do papel e a economia de água e energia.

“A própria Constituição Federal refere-se ao direito de todos a um meio ambiente do trabalho equilibrado, levando-se em conta que este está inserido no conceito mais amplo de meio ambiente. Nós, do Poder Judiciário, temos o dever de buscar o atendimento desta meta”, afirma a juíza titular da unidade, Sandra Mara de Oliveira Dias. Para Claudilene dos Santos Ferreira, multiplicadora, “o segredo é conscientizar sem impor, ou seja, a pessoa tem de se sentir instigada a incorporar ao seu dia a dia um comportamento sustentável”.



Uso de copos de vidro é rotina em várias unidades do TRT-PR

Além dos itens normalmente avaliados para a concessão do selo, são registradas também as práticas merecedoras de destaque. Um exemplo disso foi a coleta de medicamentos vencidos feita pela Vara do Trabalho de Cianorte. O material foi encaminhado a uma farmácia de manipulação da cidade, que se encarregou do correto descarte. Ou então a iniciativa da Vara de Assis Chateaubriant, que plantou no terreno da unidade árvores frutíferas, a fim de conservar um ninho de corujas existente no local.

Para o próximo ciclo de certificação, o objetivo é atingir 100% das unidades que possuam multiplicadores da CRS. A concessão do Selo Inteligência Socioambiental está inserida nos objetivos fixados pelo Planejamento Estratégico do TRT-PR.

